



Relatório e Contas

2007

Sede Social:
Rua João Machado, nº 86
3000 - 226 COIMBRA

| | |
|--|----|
| I. Órgãos Sociais | 3 |
| II. Relatório do Conselho de Administração | 4 |
| Introdução..... | 4 |
| Enquadramento macroeconómico | 6 |
| Sistema bancário nacional | 11 |
| Actividade desenvolvida | 13 |
| Análise económica e financeira..... | 20 |
| Perspectivas futuras..... | 24 |
| Agradecimentos..... | 26 |
| Proposta de aplicação de resultados | 27 |
| III. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2007 | 28 |
| Balanço em 31 de Dezembro de 2007 | 28 |
| Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2007..... | 31 |
| Notas explicativas às Demonstrações Financeiras | 33 |
| Introdução..... | 33 |
| NOTA 3 – Critérios de avaliação | 33 |
| NOTA 11 – Movimentos do activo imobilizado..... | 34 |
| NOTA 14 – Créditos sobre instituições de crédito..... | 35 |
| NOTA 23 – Compromissos assumidos | 35 |
| NOTA 24 – Movimento das provisões..... | 36 |
| NOTA 31 – Outros activos e passivos..... | 37 |
| NOTA 34 – Volume de emprego | 38 |
| NOTA 35 - Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais | 38 |
| NOTA 39 - Outros resultados de exploração | 38 |
| NOTA 41 – Carga fiscal..... | 39 |
| NOTA 45 - Operações de locação financeira..... | 40 |
| NOTA 51 – Outras informações..... | 40 |
| Anexo | 42 |
| IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único | 43 |
| V. Certificação Legal de contas | 44 |

I. Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

| | |
|------------------------|---|
| Presidente | IFAP, representado por António José Luz Teixeira de Almeida |
| Vice-Presidente | Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo, representada por José Alberto Galo Vareda |
| Secretário | Banco BPI, representado por Maria Isabel Soares Alvarenga de Andrade Correia de Lacerda |

Conselho de Administração

| | |
|------------------------|--|
| Presidente | José António Ferreira de Barros |
| Vice-Presidente | IFAP, representado por José Egídio Barbeito |
| Vogais | José Fernando Ramos de Figueiredo Mário Manuel Garcia Faria Gaspar Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo, representada por Carlos Alberto Rodrigues Alexandre |

Comissão Executiva

| | |
|---------------------|--|
| Presidente | José António Ferreira de Barros |
| Vogais | José Fernando Ramos de Figueiredo Carlos Alberto Rodrigues Alexandre |
| Fiscal único | Santos Carvalho & Associados, SROC, S.A., representada por Augusto dos Santos Carvalho |

II. Relatório do Conselho de Administração

Introdução

A Agrogarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A. foi constituída em 22 de Junho de 2006, em cerimónia pública que reuniu mais de uma centena de empresas com actividades no sector agro-florestal, os principais bancos com operações em Portugal, e o IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas, tendo arrancado com um capital social de seis milhões de euros.

Com sede em Coimbra, tornou-se, conjuntamente com a Norgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede no Porto, com a Lisgarante – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede em Lisboa, e com a Garval – Sociedade de Garantia Mútua, S.A., com sede em Santarém, uma das quatro Sociedades de Garantia Mútua a exercer a sua actividade em Portugal.

O desenvolvimento da actividade da Agrogarante tem sido orientado pela sua missão de facilitadora do acesso ao crédito pelas micro, pequenas e médias empresas através da emissão de garantias que permitam, entre outros factores, reduzir o impacto da sua menor dimensão na obtenção de financiamentos e melhorar as condições da sua obtenção. A sua acção estendeu-se aos sectores de Agricultura, Pecuária, Agro-Indústrias, Comércio por grosso de produtos Agrícolas e Florestas

A sociedade tem verificado, desde o seu início de actividade, um grande crescimento do nível de negócio, que tem sido potenciado pela realização de campanhas de marketing e comunicação da Garantia Mútua e pelo estabelecimento de 9 protocolos com Instituições de Crédito. Como corolário deste esforço, em termos acumulados, a Agrogarante chegou ao final de 2007 com 52 garantias contratadas, num total de € 11 554 155

Em 7 de Setembro, foi publicado o diploma DL 309-A/2007, que altera a legislação das Sociedades de Garantia Mútua, passando a permitir também a garantia de pessoas individuais e a prestação de garantias de carteira. Com esta alteração, e com dotações específicas para o Fundo de Contragarantia Mútuo da Norgarante, Garval e Lisgarante, foi possível o estabelecimento de linhas de crédito para estudantes com várias instituições de crédito para estudantes, promovendo a igualdade de oportunidades do acesso ao ensino superior.

A SPGM, foi eleita em 2007 para a presidência da Associação Europeia de Cauçionamento Mútuo – AECM, organização representativa dos sistemas de garantia mútua de 17 países europeus, na pessoa do seu Administrador Executivo, Sr. Dr. José Fernando Figueiredo, também Administrador da Agrogarante.

Enquadramento macroeconómico

As economias da OCDE sofreram recentemente vários choques relacionados com turbulências financeiras, arrefecimento no mercado imobiliário e subida de preços dos produtos energéticos e de outras matérias-primas. As consequências daí resultantes foram, apesar de tudo, e até agora, amenizados por se terem verificado numa fase de crescimento sustentado, com uma forte taxa de emprego, por benefícios elevados e resultados sólidos das principais economias, e por um comércio mundial ainda dinâmico, alimentado pelo crescimento robusto das economias emergentes. Assim sendo, apesar do crescimento a curto prazo já ter sido revisto em baixa em praticamente toda a zona da OCDE, o cenário não se revela tão desfavorável como seria de esperar em presença dos recentes choques.

Quadro 1 – Taxa de Crescimento do PIB (%)

| | 2005 | 2006 | 2007 ^P | 2008 ^P | 2009 ^P |
|-----------------------|------|------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Área Euro | 1,6 | 2,9 | 2,6 | 1,9 | 2,0 |
| Japão | 1,9 | 2,2 | 1,9 | 1,6 | 1,8 |
| Estados Unidos | 3,1 | 2,9 | 2,2 | 2,0 | 2,2 |
| OCDE | 2,6 | 3,1 | 2,7 | 2,3 | 2,4 |
| Portugal | 0,5 | 1,3 | 1,8 | 2,0 | 2,2 |

Fonte: OCDE.

Quadro 2 – Taxa de Desemprego (%)

| | 2005 | 2006 | 2007 ^P | 2008 ^P | 2009 ^P |
|-----------------------|------|------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Área Euro | 8,4 | 7,7 | 6,8 | 6,4 | 6,4 |
| Japão | 4,4 | 4,1 | 3,8 | 3,7 | 3,6 |
| Estados Unidos | 5,1 | 4,6 | 4,6 | 5,0 | 5,0 |
| OCDE | 6,4 | 5,9 | 5,4 | 5,4 | 5,3 |
| Portugal | 7,7 | 7,7 | 7,9 | 7,6 | 7,3 |

Fonte: OCDE

Quadro 3 – Taxa de inflação (%)

| | 2005 | 2006 | 2007 ^P | 2008 ^P | 2009 ^P |
|-----------------------|------|------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Área Euro | 1,9 | 1,9 | 2,2 | 2,2 | 2,3 |
| Japão | -1,3 | -0,9 | -0,5 | -0,3 | 0,3 |
| Estados Unidos | 3,2 | 3,2 | 2,6 | 2,1 | 2,0 |
| OCDE | 2,3 | 2,3 | 2,3 | 2,1 | 2,1 |
| Portugal | 2,8 | 2,9 | 2,8 | 2,4 | 2,1 |

Fonte: OCDE

✓ Estados Unidos da América

Devido, nomeadamente, à progressão sustentada do consumo privado, o crescimento do PIB da economia norte-americana evoluiu acima das taxas previstas no início do ano. No entanto, a correcção verificada no mercado imobiliário, a chamada crise do subprime, pode vir a acentuar-se a curto prazo, daí resultando que o valor do património imobiliário das famílias venha a decrescer, o que, conjugado com a deterioração do mercado de trabalho, poderá levar a uma redução na progressão do crescimento do consumo. Por conseguinte, prevê-se que o crescimento do PIB em 2008 seja a ritmos inferiores ao seu potencial, podendo vir a restabelecer-se em 2009, não estando excluído de todo um cenário mais desfavorável, nomeadamente de recessão durante 2008.

A inflação aumentou devido, especialmente, ao encarecimento dos bens energéticos e das matérias-primas alimentares, tendo vindo no entanto a estabilizar à volta de 2,5%. Na convicção de que os preços dos bens energéticos se estabilizem, prevê-se que as tensões inflacionistas venham a manter-se moderadas ao longo de 2008 e 2009.

A política monetária actual parece ser adequada, pese embora a inevitabilidade de ter que vir a ser devolvida a neutralidade às taxas dos fundos federais aquando do restabelecimento da economia.

A margem de manobra a nível orçamental está limitada, excluindo, nomeadamente, o apoio generalizado aos devedores em dificuldade, uma vez que a redução da actividade vai certamente pesar nas receitas e acentuar o défice federal. É também de referir que são de esperar maiores dificuldades no financiamento da protecção social, uma vez que, já a partir de 2008, é de esperar a passagem para a reforma da geração resultante do *baby-boom*.

Estima-se que a taxa de desemprego nos Estados Unidos irá aumentar até aos 5%, em 2008, estabilizando em 2009.

✓ Japão

A retoma económica actual, a mais longa no pós guerra no Japão, continua a prosseguir, apesar de se verificar uma ligeira desaceleração no ritmo de crescimento em 2007. O sector exportador continua a ser o principal impulsionador da economia japonesa, tendo-se registado máximos históricos na produção industrial, devido, precisamente, ao aumento da procura externa cada vez

mais relevante. É também de referir o contributo positivo no PIB do consumo, com a evolução positiva das vendas a retalho e das despesas das famílias.

Um restabelecimento do mercado de trabalho, marcado por uma redução da taxa de desemprego, deverá inverter a baixa nos salários, o que poderá vir a sustentar um crescimento da procura em 2008 e em 2009 e uma evolução positiva da inflação.

A taxa de inflação homóloga do Japão aumentou no final de ano, consequência do aumento dos preços das componentes alimentar e energética, em linha com o verificado na generalidade das demais economias mundiais.

Não se prevê que o Banco do Japão venha a aumentar as taxas directoras a curto prazo, sobretudo antes que a inflação se torne claramente positiva e que o risco de deflação seja percebido como longínquo. Para o Japão torna-se indispensável atingir um excedente no orçamento, sendo este o primeiro passo para se reduzir o nível da dívida em proporção do PIB. A este objectivo estão subjacentes a redução da despesa, por um lado, e a reforma da fiscalidade, por outro. Também são de esperar reformas estruturais no sentido de estimular a produtividade, nomeadamente no sector terciário dos serviços, o que poderá vir a contribuir para manter o nível de vida, compensando a diminuição cada vez mais rápida da população em idade de trabalhar.

✓ **Zona Euro**

Na Europa, a expansão económica prosseguiu em 2007, mas a um ritmo mais lento do que em 2006. Este facto deve-se a alguns factores tais como a subida das taxas de juro, a apreciação do euro face às outras principais divisas, e o endurecimento das condições de acesso ao crédito, factores estes que serviram de travão à actividade económica. Quanto às perspectivas para o futuro próximo, estas não se revelam particularmente favoráveis, quando comparados com anteriores previsões, atentos os reflexos da crise dos mercados financeiros, em especial os associados à crise dos créditos hipotecários, e aos receios de uma recessão nos Estados Unidos poder afectar as demais economias mundiais, a somar ao impacto dos aumentos nos preços energéticos e dos bens alimentares.

Apesar do cenário menos optimista, a progressão do emprego e uma aceleração, mesmo que moderada, no crescimento dos salários tenderão a sustentar o consumo e o rendimento disponível das famílias.

No ano findo, a inflação aumentou de forma brusca, devido a um elevado aumento dos preços dos bens energéticos e alimentares, devendo doravante manter-se a um nível ligeiramente acima dos 2%.

Tendo em conta, por um lado, a orientação em baixa dos riscos que pesam sobre a actividade económica e, por outro lado, a provável manutenção da inflação, não parece ser necessário, nesta fase, um novo aumento das taxas de juro. No entanto, o Banco Central Europeu continua a manifestar sinais de acompanhamento próximo da evolução da economia e das tensões inflacionistas, podendo alterar o actual cenário de expectativa e determinar novos aumentos, caso a evolução dos preços assim o justifique.

A recente melhoria nas finanças públicas das principais economias europeias, com a excepção da França, parece ser um bom começo, ficando como principal meta a atingir, pelos governos dos diversos estados membros, o equilíbrio orçamental. Um reforço no mercado interno no âmbito da União Europeia melhoraria as perspectivas de crescimento sustentado a longo prazo, e tornaria mais fluido o funcionamento da união monetária. Também será importante salientar que outro objectivo fundamental para a Zona Euro será uma melhoria nos níveis de controlo do sector financeiro, hoje muito fragmentados, de modo a evitar situações de descoordenação e falta de supervisão como as que recentes crises vieram evidenciar.

✓ Portugal

Quadro 4 – Indicadores sobre a economia portuguesa

| | 2005 | 2006 | 2007 ^P | 2008 ^P | 2009 ^P |
|--------------------------------------|-------|-------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Taxas de Crescimento | | | | | |
| PIB | 0,5 | 1,3 | 1,8 | 2,0 | 2,1 |
| Consumo Privado | 2,2 | 1,1 | 1,2 | 1,3 | 1,7 |
| Consumo Público | 2,2 | -0,5 | -0,3 | 0,4 | 0,5 |
| Investimento | -3,3 | -1,6 | 0,9 | 2,3 | 3,4 |
| Exportações | 1,2 | 8,9 | 6,7 | 5,6 | 4,9 |
| Importações | 1,9 | 4,3 | 3,4 | 3,3 | 3,8 |
| Contributo para o Crescimento do PIB | | | | | |
| Procura Interna | 1,0 | 0,3 | 0,9 | 1,4 | 1,8 |
| Investimento | -0,2 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,0 |
| Procura Externa Líquida | -0,3 | 0,9 | 0,7 | 0,6 | 0,2 |
| Taxa de Desemprego (%) | 7,6 | 7,7 | 8,0 | 8,0 | 7,7 |
| Taxa de Inflação (%) | 2,8 | 2,9 | 2,9 | 2,4 | 2,3 |
| Como percentagem do PIB | | | | | |
| Balança Comercial | -10,2 | -10,0 | -9,1 | -8,6 | -8,4 |
| Balança de Transacções Correntes | -9,6 | -9,9 | -9,0 | -8,8 | -8,7 |
| Balança de Pagamentos | -8,1 | -8,8 | -7,9 | -7,7 | -7,7 |
| Défice Público (% do PIB) | -6,1 | -3,9 | -3,0 | -2,6 | -2,4 |

Fonte: Comissão Europeia, *Economic Forecast, Autumn 2007*, Novembro 2007

A evolução da economia portuguesa em 2007 foi marcada por uma ligeira expansão, assente no comportamento dinâmico do sector exportador. Importa notar que 2007 marca a inversão da tendência do crescimento da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que passou a registar valores positivos. Ao contrário do esperado para a economia mundial, para Portugal é previsto que, em 2008 e em 2009, o crescimento se reforce em 0.1 p.p., superior às últimas estimativas, mantendo-se a quase total influência da Procura Interna, com especial destaque para o Consumo Privado e a FBCF, na composição do PIB, na medida em que se projecta que as exportações apresentem um comportamento menos dinâmico que o verificado em 2006 e 2007.

No que diz respeito aos níveis de desemprego estes mantêm-se elevados e os aumentos dos salários

devem portanto abrandar.

A taxa de inflação média anual, medida pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), situa-se, segundo o Banco de Portugal em 2.4% em 2007 representando uma revisão em baixa em relação à projecção divulgada no Verão. Esta revisão reflecte um crescimento dos preços dos bens industriais, quer energéticos, quer não energéticos, inferior ao então projectado. As perspectivas apontam para uma descida da inflação em 2008-2009, para valores próximos dos 2% no final do horizonte. Esta projecção traduz-se numa redução das necessidades de financiamento externo da economia portuguesa, que reflecte a inversão da trajectória de queda da taxa de poupança das famílias, bem como a continuação da redução das necessidades de financiamento das Administrações Públicas.

O défice orçamental deverá continuar a contrair-se, sendo preponderante que o governo mantenha o impulso das reformas estruturais, a fim de prosseguir com o restabelecimento das finanças públicas, ajudando assim a sustentar o crescimento a longo prazo.

Um progresso contínuo no âmbito das melhorias do capital humano, com destaque para o sistema de educação e formação técnicas, e do reforço da concorrência no mercado interno, contribuiria para impulsionar a produtividade e o crescimento a médio prazo.

Sistema bancário nacional

A crise de liquidez nos mercados financeiros dos países desenvolvidos, sentida a partir de Agosto de 2007, com a crise do mercado norte-americano de crédito hipotecário de alto risco, continua e irá continuar a afectar o mercado de crédito internacional. Apresenta características particulares, dado ser uma crise que foi despoletada nos mercados dos países desenvolvidos, não afectando significativamente os países emergentes ou em desenvolvimento, e conduziu a uma severa restrição na oferta de crédito.

Esta crise faz-se sentir no Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito de Outubro feito pelo Banco de Portugal, em que, de acordo com os resultados obtidos, os critérios seguidos pelos bancos na concessão de empréstimos se tornaram mais restritos. Assim, as maturidades, as garantias exigidas, o montante e as condições contratuais não pecuniárias dos empréstimos, ter-se-ão tornado mais restritivas, tal como o agravamento dos *spreads* praticados face à pouca variação na procura de crédito.

Apesar de, no Inquérito do Banco de Portugal, os cinco principais grupos bancários acreditarem na

normalização do mercado de crédito a curto prazo, os agentes económicos não reúnem consenso nessa opinião. Segundo os últimos dados do mercado de crédito, existe a expectativa de que 2008 possa ser tão ou mais severo que o último semestre de 2007, ao nível de liquidez.

Este cenário de falta de liquidez e restrição generalizada nos patamares de risco aceites pelo sistema financeiro, poderá agravar-se, de modo significativo, criando condições de maior dificuldade no acesso ao crédito bancário pelas PME resultante das novas regras impostas pelo acordo de Basileia II, que já se vinha fazendo sentir desde início de 2007.

Por outro lado, abre uma nova janela de oportunidade ao sistema de garantia mútua, na medida em que a garantia das SGM, naturalmente contragarantidas pelo FCGM, poderá fazer a diferença entre obter ou não um crédito por parte das PME mutualistas.

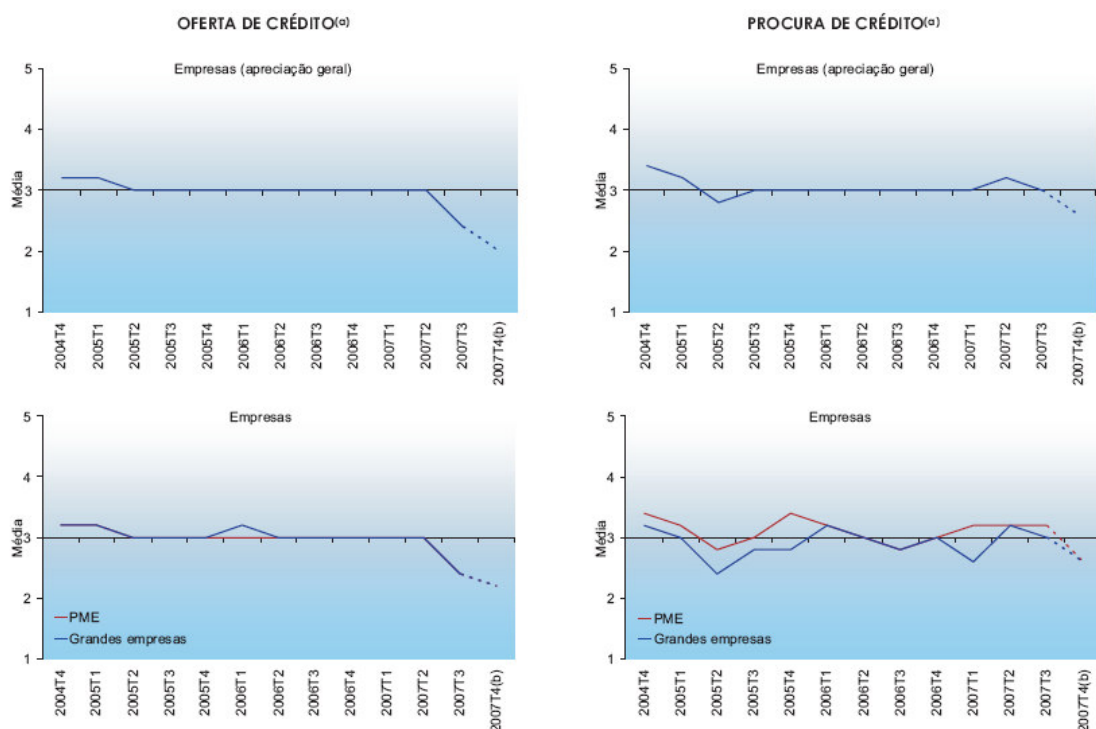


Figura 1 Evolução da Oferta e Procura de Crédito a Empresas *in* Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito

Actividade desenvolvida

Enquadramento Geral

Em 2007, a Agrogarante analisou 119 operações no montante de € 28 352 467, das quais 88, no montante de € 21 144 652, vieram a ser aprovadas. Foram emitidas 52 garantias no montante global de € 11 554 155, tendo a carteira viva no final do ano ascendido a € 11 068 421.

| | Nº | Montante |
|-------------------------------------|--------|------------|
| Operações Analisadas | 119 | 28 352 467 |
| Operações Aprovadas | 88 | 21 144 652 |
| Operações Concretizadas | 52 | 11 554 155 |
| Grau Aprovações/ Analisadas | 73,95% | 74,58% |
| Grau Concretização/ Aprovação | 59,09% | 54,64% |

O grau de concretização em número de operações face às aprovações foi de 59,09% (52 em 88) e em montante foi de 54,64% (€11 554 155 em € 21 144 652).

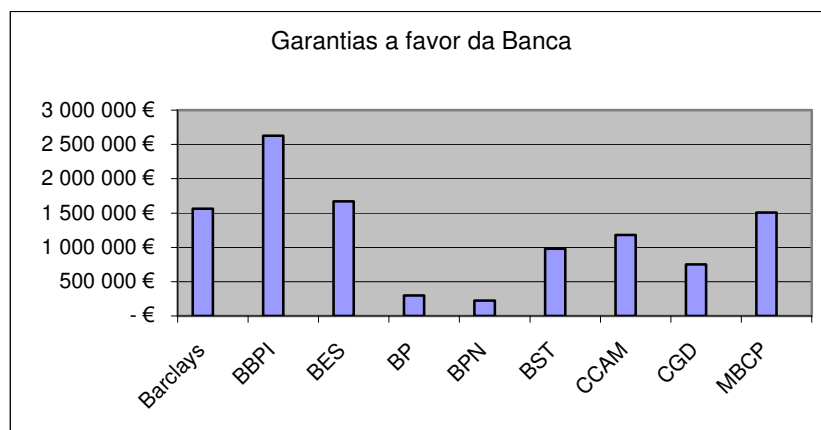
Operações analisadas

A actividade operacional tem registado algumas dificuldades, a que não é alheio o facto da equipa ser jovem e o desconhecimento generalizado dos gestores de conta dos bancos nas zonas geográficas onde a Agrogarante terá maior número de potenciais clientes.

Garantias Emitidas

Actividade Acumulada 2007

| | N.º | | Montante | |
|----------------------------|-----|------|--------------|------|
| Garantias Emitidas | 52 | | 11 554 156 € | |
| Garantias a favor da Banca | 45 | 87% | 10 799 875 € | 93% |
| Barclays | 4 | 9% | 1 562 375 € | 14% |
| BBPI | 15 | 33% | 2 626 230 € | 24% |
| BES | 5 | 11% | 1 668 750 € | 15% |
| BP | 1 | 2% | 300 000 € | 3% |
| BPN | 1 | 2% | 225 000 € | 2% |
| BST | 4 | 9% | 977 520 € | 9% |
| CCAM | 6 | 13% | 1 181 250 € | 11% |
| CGD | 3 | 7% | 750 000 € | 7% |
| MBCP | 6 | 13% | 1 508 750 € | 14% |
| | | 100% | | 100% |

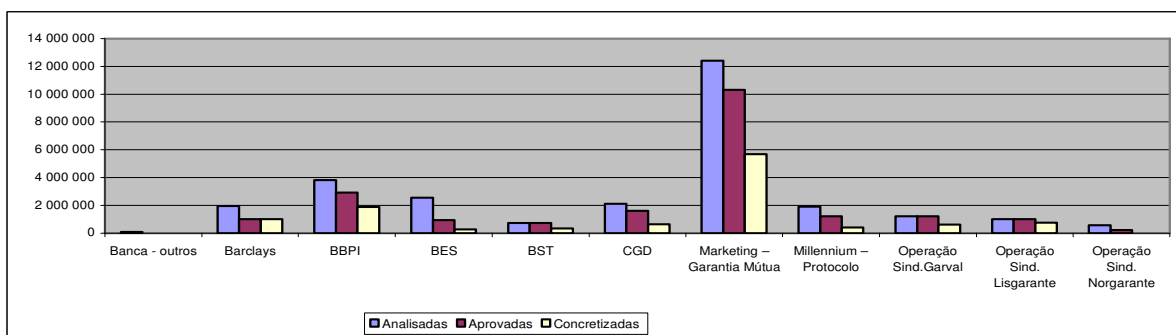
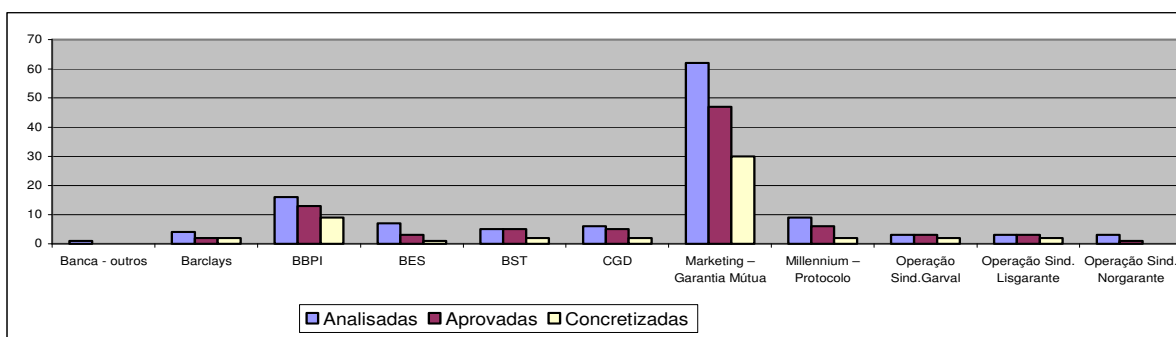


Naturalmente, as instituições de crédito foram em 2007 as principais beneficiárias das garantias prestadas pela Agrogarante, em que o Banco BPI, o Banco Espírito Santo, o Millennium BCP, Barclays e as CCAM foram os que representaram uma maior relevância

Em termos de origem de operações, somente 18 das 52 operações contratadas e 34 das 88 aprovadas, foram propostas pela Banca, verificando-se que a maior captação de operações resulta do Marketing/Contacto SGM/Empresas, isto é, 30 das 52 contratadas e 47 das 88 aprovadas. Destes indicadores pode-se concluir o enorme esforço que se está a fazer na captação de clientes, sendo necessário intensificar as acções de divulgação, dinamização e acompanhamento junto dos Bancos e das Caixas.

Distribuição de operações por origem de contacto

| Categoria | Analizadas | Aprovadas | Concretizadas | Analizadas | Aprovadas | Concretizadas |
|-------------------------------|------------|-----------|---------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Banca - outros | 1 | 0 | 0 | 75 000 | 0 | 0 |
| Barclays | 4 | 2 | 2 | 1 962 375 | 987 375 | 987 375 |
| BBPI | 16 | 13 | 9 | 3 809 780 | 2 911 280 | 1 881 480 |
| BES | 7 | 3 | 1 | 2 562 500 | 937 500 | 262 500 |
| BST | 5 | 5 | 2 | 733 020 | 733 020 | 340 020 |
| CGD | 6 | 5 | 2 | 2 106 250 | 1 606 250 | 637 500 |
| Marketing – Garantia Mútua | 62 | 47 | 30 | 12 424 331 | 10 319 930 | 5 669 030 |
| Millennium – Protocolo | 9 | 6 | 2 | 1 891 250 | 1 203 750 | 401 250 |
| Operação Sind. Garval | 3 | 3 | 2 | 1 225 000 | 1 225 000 | 625 000 |
| Operação Sind. Lisgarante | 3 | 3 | 2 | 1 000 000 | 1 000 000 | 750 000 |
| Operação Sind. Norgarante | 3 | 1 | 0 | 562 961 | 220 547 | 0 |
| Total : | 119 | 88 | 52 | 28 352 467 | 21 144 652 | 11 554 155 |



A comissão de garantia média foi de 1,32%, que se apresenta em sintonia com as outras SGM, no entanto o montante médio de garantia e o prazo médio das garantias emitidas apresentam alguma diferença, sendo o montante médio e o prazo das operações ligeiramente superior. A redução da comissão média resulta directamente da evolução do mercado de crédito a empresas durante 2007. No que respeita ao montante médio de garantia, a entrada da Agrogarante no segmento de empresas da banca e na captação de negócios em empresas com projectos de investimento, muito contribuíram para a evolução registada.

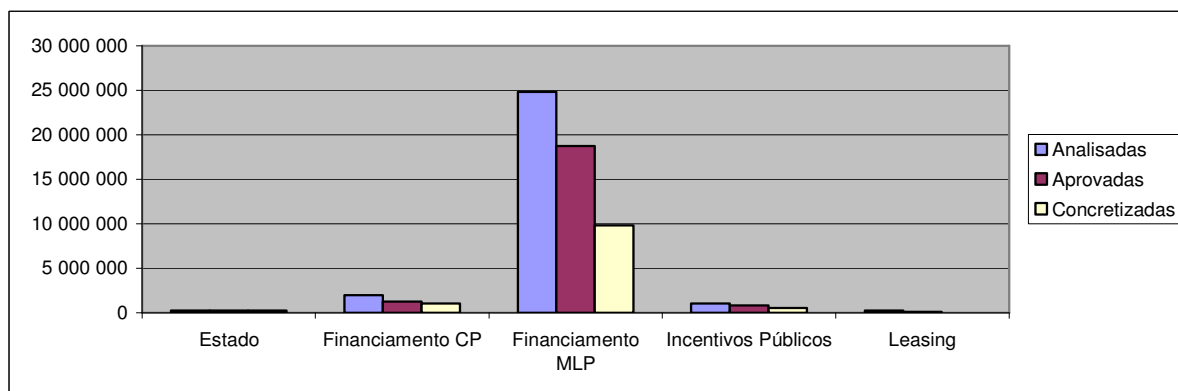
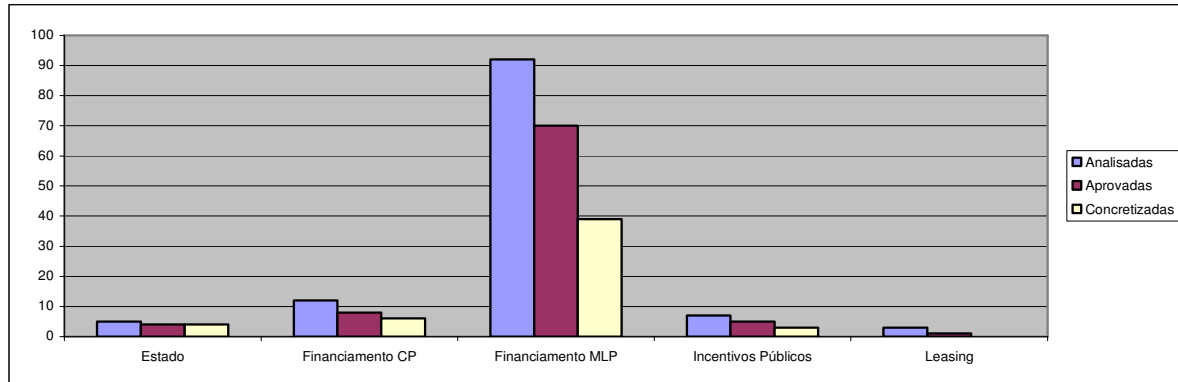
Os Protocolos para Financiamento de PME's foram celebrados com CCCAM, BBPI, MBCP, BST,

BPN, Banco Popular, CGD e Barclays. Com o atraso na assinatura dos protocolos e de implementação interna nos Bancos, a actividade da Sociedade tem sido bastante penalizada, considerando o nível de propostas apresentado pela Banca ao SISTEMA DE GARANTIA MÚTUA que se situa em média, acima de 65 % da actividade, enquanto que a percentagem de operações propostas pela Banca para análise pela Agrogarante, se situou nos 40%. As operações propostas pelas entidades bancárias são mais céleres, pois já detêm a maior parte de informação necessária diminuindo o tempo de cada processo.

A grande maioria das garantias emitidas em 2007, são relativas a financiamentos bancários de médio e longo prazo.

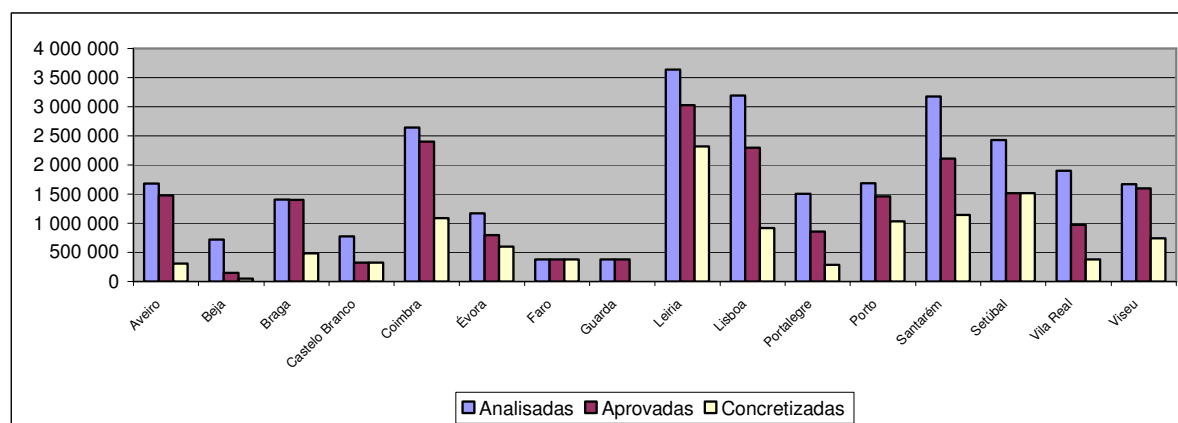
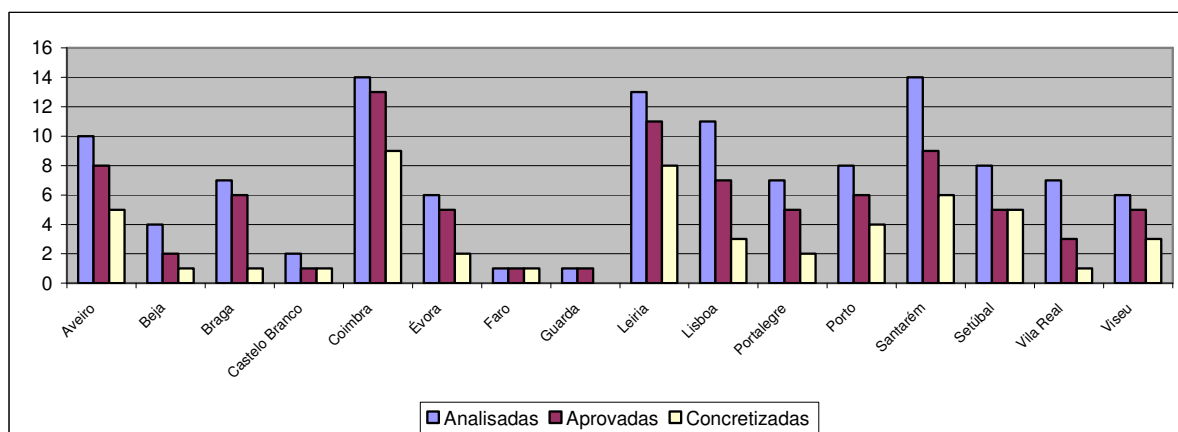
Distribuição de operações por categoria

| Categoria | Analizadas | Aprovadas | Concretizadas | Analizadas | Aprovadas | Concretizadas |
|---------------------|------------|-----------|---------------|------------|------------|---------------|
| Estado | 5 | 4 | 4 | 256 636 | 242 836 | 242 836 |
| Financiamento CP | 12 | 8 | 6 | 1 964 980 | 1 254 980 | 1 004 980 |
| Financiamento MLP | 92 | 70 | 39 | 24 856 278 | 18 742 138 | 9 794 895 |
| Incentivos Públicos | 7 | 5 | 3 | 1 011 316 | 805 941 | 511 444 |
| Leasing | 3 | 1 | 0 | 263 255 | 98 755 | 0 |
| Total: | 119 | 88 | 52 | 28 352 465 | 21 144 650 | 11 554 155 |



Distribuição de operações por Distrito

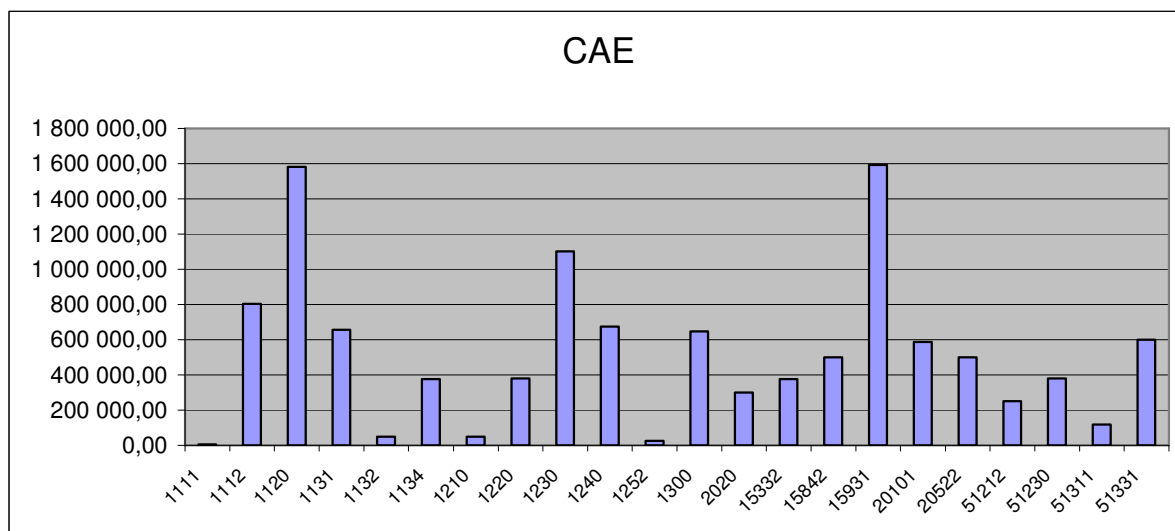
| Categoria | Analizadas | Aprovadas | Concretizadas | Analizadas | Aprovadas | Concretizadas |
|----------------|------------|-----------|---------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Aveiro | 10 | 8 | 5 | 1 680 694 | 1 480 694 | 305 694 |
| Beja | 4 | 2 | 1 | 721 000 | 147 500 | 50 000 |
| Braga | 7 | 6 | 1 | 1 411 499 | 1 397 700 | 487 500 |
| Castelo Branco | 2 | 1 | 1 | 775 000 | 325 000 | 325 000 |
| Coimbra | 14 | 13 | 9 | 2 645 533 | 2 403 119 | 1 088 822 |
| Évora | 6 | 5 | 2 | 1 171 950 | 796 950 | 600 000 |
| Faro | 1 | 1 | 1 | 375 000 | 375 000 | 375 000 |
| Guarda | 1 | 1 | 0 | 375 000 | 375 000 | 0 |
| Leiria | 13 | 11 | 8 | 3 637 726 | 3 028 500 | 2 316 000 |
| Lisboa | 11 | 7 | 3 | 3 189 695 | 2 296 195 | 918 194 |
| Portalegre | 7 | 5 | 2 | 1 502 500 | 857 500 | 287 500 |
| Porto | 8 | 6 | 4 | 1 686 650 | 1 461 650 | 1 030 400 |
| Santarém | 14 | 9 | 6 | 3 178 168 | 2 108 364 | 1 141 064 |
| Setúbal | 8 | 5 | 5 | 2 429 000 | 1 516 500 | 1 516 500 |
| Vila Real | 7 | 3 | 1 | 1 900 000 | 975 000 | 375 000 |
| Viseu | 6 | 5 | 3 | 1 673 051 | 1 599 980 | 737 480 |
| Total : | 119 | 88 | 52 | 28 352 466 | 21 144 652 | 11 554 154 |



Os Distritos com maior intervenção da Agrogarante foram: Coimbra, Leiria, Porto, Santarém, Setúbal, Lisboa, Aveiro e Viseu. Não é alheio o facto das acções de divulgação, reuniões, o conhecimento da Garantia Mútua em alguns Centros de Empresas dos Bancos e a captação directa pela proximidade.

Distribuição de operações por Sector de Actividade

| CAE | Designação - Sub Classe | Montante | % | Nº | % |
|-------|---|---------------|---------|----|---------|
| 1111 | Cerealicultura | 5 000,00 | 0,04% | 1 | 1,92% |
| 1112 | Culturas agrícolas, n.e. | 802 375,00 | 6,94% | 4 | 7,69% |
| 1120 | Horticultura, especialidades hortícolas e produtos de viveiro | 1 581 072,47 | 13,68% | 11 | 21,15% |
| 1131 | Fruticultura | 656 944,37 | 5,69% | 3 | 5,77% |
| 1132 | Viticultura | 49 980,00 | 0,43% | 1 | 1,92% |
| 1134 | Culturas destinadas à preparação de bebidas e de especiarias | 375 000,00 | 3,25% | 1 | 1,92% |
| 1210 | Bovinicultura | 50 000,00 | 0,43% | 1 | 1,92% |
| 1220 | Criação de gado ovino, caprino, cavalar, asinino e muar | 380 000,00 | 3,29% | 2 | 3,85% |
| 1230 | Suinicultura | 1 101 270,00 | 9,53% | 5 | 9,62% |
| 1240 | Avicultura | 675 000,00 | 5,84% | 2 | 3,85% |
| 1252 | Outra produção animal, n.e. | 26 250,00 | 0,23% | 1 | 1,92% |
| 1300 | Produção agrícola e animal associadas | 646 500,00 | 5,60% | 3 | 5,77% |
| 2020 | Serviços relacionados com a silvicultura e a exploração florestal | 300 000,00 | 2,60% | 1 | 1,92% |
| 15332 | Secagem e desidratação de frutos e de produtos hortícolas | 375 000,00 | 3,25% | 1 | 1,92% |
| 15842 | Fabricação de produtos de confeitaria | 500 000,00 | 4,33% | 1 | 1,92% |
| 15931 | Produção de vinhos comuns e licorosos | 1 592 900,00 | 13,79% | 6 | 11,54% |
| 20101 | Serração de madeira | 587 500,00 | 5,08% | 2 | 3,85% |
| 20522 | Indústria da cortiça | 500 000,00 | 4,33% | 1 | 1,92% |
| 51212 | Comércio por grosso de alimentos para animais | 250 000,00 | 2,16% | 1 | 1,92% |
| 51230 | Comércio por grosso de animais vivos | 381 044,38 | 3,30% | 2 | 3,85% |
| 51311 | Comércio por grosso de fruta e de produtos hortícolas | 118 319,76 | 1,02% | 1 | 1,92% |
| 51331 | Comércio por grosso de leite, seus derivados e ovos | 600 000,00 | 5,19% | 1 | 1,92% |
| | Total | 11 554 155,98 | 100,00% | 52 | 100,00% |



A carteira mantém uma grande diversidade sectorial, sendo que apenas dois sectores representam mais de 10 por cento da mesma: Horticultura/Viveiros de Plantas e Produção de Vinhos. Estes dois casos são de áreas de tal modo diferentes que relativizam o risco de concentração sectorial

Como já referido, os bancos não foram o principal originador das garantias emitidas. As operações que tiveram origem em acções de marketing, ou que surgem por iniciativa das empresas, têm uma taxa de concretização mais alta, sendo operações em que, por regra, a Agrogarante intervém na sua formatação e montagem junto da banca.

O maior número de operações é de montante superior a € 150 000. Este facto deve-se por um lado à captação directa, em que se pretende obter operações de bom risco, em clientes com historial, estando neste leque as empresas com projectos de investimento, que fazem parte da triagem e diversificação por subsectores e por último, as operações que têm vindo dos Bancos através dos Centros de Empresas, que têm conhecimento da Garantia Mútua, em contrapartida do retalho e balcões autónomos, quer do litoral, quer do interior do País. É necessário captar negócios de montante médio de garantia inferior ao actual, de modo a mitigar a concentração do risco em operações volumosas.

Carteira de Garantias Vivas

A carteira viva da Agrogarante ascendia no final do ano a € 11 068 421,87, com 50 garantias e está contragarantida pelo Fundo de Contragarantia Mútuo em € 8 145 276,09 (73,59%).

Análise económica e financeira

A Agrogarante foi constituída em Junho de 2006, embora só tenha iniciado a sua actividade a 2 de Janeiro de 2007. Assim, o exercício de 2007 foi o primeiro ano completo de funcionamento da Sociedade, assim como aquele que marcou o arranque da sua actividade comercial. Este facto teve, como seria de esperar, reflexos ao nível dos proveitos da actividade da Sociedade – que não espelham, ainda, o potencial que, certamente, a Agrogarante encerra de actuação em prol das empresas do sector agro-florestal – e, por outro lado, também ao nível dos custos do exercício – uma vez que, ao longo do ano, a Empresa teve que se ir preparando do ponto de vista dos factores de produção imprescindíveis para a sua actividade.

Assim, o resultado antes de impostos foi de 151,7 mil euros negativos, comparável com um resultado de cerca de 5 mil euros obtido em 2006, e que representa 47% do valor total de proveitos apurados. O valor dos impostos correntes estimado para 2007 é de apenas 2,4 mil euros. Com um valor de, aproximadamente, 39,4 mil euros e representando 12,2% dos proveitos, os impostos diferidos reflectem-se positivamente no valor do resultado obtido. O resultado do exercício (após impostos) foi de 114,6 mil euros negativos, representando 35,5% do total dos proveitos.

O reconhecimento do valor 39,4 mil euros a título de impostos diferidos tem em consideração o instituído na Norma Internacional de Contabilidade (NIC) n.º 12, do *International Accounting Standards Committee* - IASB, processo que origina o reconhecimento de impostos diferidos em capitais próprios, e, posteriormente, em proveitos, quando referentes ao próprio exercício fiscal. No ano seguinte, as reversões anteriormente ocorridas são contabilizadas em encargos por impostos diferidos e as novas diferenças temporárias, decorrentes do desfasamento entre a base tributável de um activo ou passivo e o seu valor contabilizado, são reconhecidas em rendimentos por impostos diferidos.

| RESULTADO | Ano 2007 | | Ano 2006 | | Variação | |
|---------------------------------|--------------|-------|------------|-------|--------------|------------|
| | €uros | % (1) | €uros | % (1) | €uros | t.c.a. (%) |
| Total de Proveitos | 322 738,63 | 100,0 | 102 910,97 | 100,0 | 219 827,66 | 213,6 |
| Total de Custos | 474 429,74 | 147,0 | 97 104,53 | 94,4 | 377 325,21 | 388,6 |
| Resultado Antes de Impostos (1) | - 151 691,11 | -47,0 | 5 806,44 | 5,6 | - 157 497,55 | -2 712,5 |
| Impostos correntes | - 2 353,56 | -0,7 | - 1 701,67 | -1,7 | 651,89 | 38,3 |
| Impostos diferidos | 39 415,39 | 12,2 | | | 39 415,39 | |
| Resultado do Exercício | - 114 629,28 | -35,5 | 4 104,77 | 4,0 | -118 734,05 | -2 892,6 |

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

Os proveitos totais da Agrogarante foram em 2007 de, aproximadamente, 322,7 mil euros, reflectindo uma subida face ao ano anterior de 219,8 mil euros. Esta variação positiva decorre, principalmente, do aumento do valor de juros e rendimentos similares associado às aplicações financeiras (150,7 mil euros) e dos rendimentos resultantes do início de actividade operacional (rendimentos de serviços e comissões e outros rendimentos de exploração).

| PROVEITOS | Ano 2007 | | Ano 2006 | | Variação | |
|-------------------------------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|-------------------|--------------|
| | €uros | % (1) | €uros | % (1) | €uros | t.c.a. (%) |
| Juros e Rendimentos Similares | 253 575,58 | 78,6 | 102 910,97 | 100,0 | 150 664,61 | 146,4 |
| Rendimentos de Serviços e Comissões | 50 261,48 | 15,6 | | | 50 261,48 | |
| Outros Rendimentos de Exploração | 17 253,50 | 5,3 | | | 17 253,50 | |
| Reposições do Exercício | 1 648,07 | 0,5 | | | 1 648,07 | |
| TOTAL | 322 738,63 | 100,0 | 102 910,97 | 100,0 | 219 827,66 | 213,6 |

Nota: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos.

O acréscimo verificado nos juros e rendimentos similares reflecte o efeito combinado de dois factores: a subida das taxas juros nominais registadas em 2007, bem como o tempo de duração da aplicação dos fundos financeiros. Na realidade, o capital social esteve em 2007 aplicado durante todo o ano, enquanto que, em 2006, apenas fora aplicado cerca de meio ano.

A rubrica de rendimentos de serviços e comissões engloba as comissões obtidas pela emissão das garantias prestadas em nome e a pedido de mutualistas, apresentando um valor, no final do ano, de 50,3 mil euros, ou seja 15,6% do total dos proveitos. A rubrica de outros rendimentos de exploração, respeitante aos valores de comissões de análise, de montagem e de emissão de novas operações de garantia, totalizou cerca de 17,3 mil euros, assumindo um peso de 5,3% no valor total dos proveitos.

| GARANTIAS | Ano 2007 | |
|--------------------------------------|-------------------|--------------|
| | €uros | % |
| AGRO JOVENS Tec./Boa Execução | 38 194 | 0,3 |
| AGRO GERAL Bom Pagamento/Cumprimento | 204 642 | 1,8 |
| AGRO GERAL Finan. < 3 anos | 655 000 | 5,9 |
| AGRO GERAL Finan. >= 3 anos | 9 728 471 | 87,9 |
| AGRO JOVENS Finan. >= 3 anos | 116 000 | 1,0 |
| AGRO GERAL Subs. Públicos | 326 114 | 2,9 |
| TOTAL | 11 068 422 | 100,0 |

No primeiro ano de actividade, a Agrogarante emitiu garantias cujo valor vivo no final do ano era de, aproximadamente, 11,1 milhões de euros, divididas por diversas linhas de garantias, destacando-se a linha (ou *gaveta*) Agro Geral que assegura a garantia a financiamentos de prazo igual ou superior a 3 anos. Estas responsabilidades da Agrogarante encontram-se contragarantidas pelo Fundo de Contragarantia Mútuo em € 8 021 920,59 quanto à gaveta Agro Geral e em € 123 355,50 relativamente à gaveta Agro Jovens.

A escala destes valores, tal como a dos custos do exercício suportados, e como referido anteriormente, resulta do começo de actividade operacional e do consequente início de prestação de garantias da Agrogarante só em 2007. Os custos do exercício atingiram em 2007 o valor de 474,4 mil euros, naturalmente várias vezes superiores ao valor do ano anterior.

| CUSTOS | Ano 2007 | | Ano 2006 | | Variação | |
|--|-------------------|--------------|------------------|-------------|-------------------|--------------|
| | €uros | % (1) | €uros | % (1) | €uros | t.c.a. (%) |
| Juros e Encargos Similares | 51 532,08 | 16,0 | 14 043,73 | 13,6 | 37 488,35 | 266,9 |
| Encargos com Serviços e Comissões | 936,06 | 0,3 | 778,30 | 0,8 | 157,76 | 20,3 |
| Gastos Gerais Administrativos | 128 095,05 | 39,7 | 55 274,82 | 53,7 | 72 820,23 | 131,7 |
| Gastos com Pessoal | 188 330,07 | 58,4 | 3 000,00 | 2,9 | 185 330,07 | 6 177,7 |
| Amortizações do Exercício | 73 948,74 | 22,9 | | | 73 948,74 | |
| Outros Encargos de Exploração (2) | 533,45 | 0,2 | 24 007,68 | 23,3 | - 23 474,23 | -97,8 |
| Provisões do Exercício | 31 054,29 | 9,6 | | | 31 054,29 | |
| Total de Custos antes de Impostos | 474 429,74 | 147,0 | 97 104,53 | 94,4 | 377 325,21 | 388,6 |

Notas: t.c.a. - taxa de crescimento anual; (1) % do total de proveitos; (2) inclui *impostos* (não sobre os lucros).

No corrente exercício, a rubrica de juros e encargos similares totalizou 51,5 mil euros, sendo justificada pela aquisição de diversos bens de imobilizado, incluindo as instalações da Sociedade em Coimbra, através de contrato de locação financeira.

A rubrica de gastos com pessoal ascendeu a 188,3 mil euros, encerrando uma variação expressiva face a 2006, pelo facto de, neste ano, a Sociedade não ter ainda quadro de pessoal constituído, pelo que o valor registado na rubrica de custos com pessoal espelhava unicamente a remuneração dos órgãos sociais. Situação semelhante ocorre com a rubrica de gastos gerais administrativos, com uma variação de 72,8 mil euros relativamente ao ano anterior.

A rubrica de outros encargos de exploração é a única rubrica dos custos que regista um decréscimo, derivado do facto de, em 2006, serem contabilizados gastos associados à constituição da Sociedade, inexistentes em 2007.

O activo líquido da Agrogarante regista, à data de Dezembro, cerca de 7 milhões de euros, incluindo o valor relativo às instalações próprias de 1,4 milhões de euros.

A Agrogarante apresenta, no final de 2007, uma autonomia financeira de 83,6%. As suas responsabilidades extrapatrimoniais, decorrentes da emissão de garantias em nome e a pedido das micro e pequenas e médias empresas suas accionistas beneficiárias, ascendiam, em 31 de Dezembro de 2007, a 11,1 milhões de euros. Este montante, por seu lado, encontra-se garantido pelo Fundo de Contragarantia Mútuo em 8,2 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas da Agrogarante se limitam a 2,9 milhões de euros.

Refira-se, finalmente, que a Sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, encontrando-se regularizada a sua situação perante estas duas Entidades.

Perspectivas futuras

A Agrogarante, em sinergia com as restantes entidades ligadas ao Sistema Nacional de Garantia Mútua, as entidades públicas, com especial destaque para o Ministério da Agricultura, assim como com a banca accionista e as associações empresariais, pretende continuar a contribuir de forma importante para facilitar o acesso ao financiamento pelas Micro e Pequenas e Médias Empresas, através da prestação das garantias necessárias à sua actividade corrente, num momento em que as perspectivas de evolução da economia portuguesa no período 2008-2009 apontam para um reforço do crescimento em 0,1 p.p., superior às últimas estimativas.

Pretende, também, manter uma presença forte nas acções destinadas ao aumento da notoriedade do produto Garantia Mútua, o que tem vindo a acontecer e irá, certamente, ser potenciado com as campanhas de marketing e comunicação da Garantia Mútua em 2008.

Para ambos os objectivos, deverá contribuir a continuidade do trabalho desenvolvido directamente junto da classe empresarial, das associações empresariais, dos responsáveis de agências bancárias e centros de empresas e de campanhas de marketing e comunicação.

As parcerias com bancos têm vindo a ser dinamizadas e ampliadas, e que se estima que assim continue em 2008, ao nível de protocolos e da celebração de linhas de financiamento de PME com garantia das Sociedades de Garantia Mútua, permitem alvirar crescimentos significativos da actividade no ano agora iniciado.

Ao mesmo tempo, a parceria estratégica da Garantia Mútua com as iniciativas em curso de entidades públicas ligadas à dinamização empresarial, e os desenvolvimentos previstos no âmbito do QREN, nomeadamente o PRODER, que deverá ser regulamentado em curto espaço de tempo, quer através do apoio aos Projectos de Investimento, quer nos Micro Créditos, permitirão alavancar os resultados perspectivados para a actividade.

Naturalmente, a actividade da sociedade para 2008 será ainda afectada pela conjuntura que se verificou nos últimos tempos, levando a critérios de prudência acrescidos na análise das operações, bem como a um acompanhamento muito próximo da actual carteira de garantias.

Importa salientar que a área de influência da Agrogarante, apesar das perspectivas positivas, é claramente mais deprimida, face aos restantes sectores de actividade, o que condicionará, pelo

menos em parte, a evolução da sociedade.

Para o próximo ano prevê-se continuar a trabalhar no sentido de ir aproximando cada vez mais a Garantia Mútua a empresas de menor dimensão e, logo, com necessidade de operações de garantia de menor montante. Os protocolos que se perspectivam assinar a curto prazo, vão contribuir para este trabalho.

Agradecimentos

Gostaríamos de expressar o nosso especial agradecimento aos nossos Accionistas privados e públicos e, muito especialmente, aos Mutualistas, que continuarão a encontrar na Agrogarante o maior empenho em manter o espírito de parceria criado.

Expressamos, também, aos restantes Órgãos Sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade sempre presente nas respectivas áreas de actuação.

À SPGM expressamos o reconhecimento pelo empenho e disponibilidade no apoio prestado nas diferentes áreas à Sociedade, nomeadamente na formação e ao desenvolvimento do Sistema de Garantia Mútua português.

À Norgarante, à Lisgarante e à Garval, reconhecemos a colaboração e o empenho na procura das melhores práticas, no apoio na formação dos quadros da Agrogarante e o esforço conjunto de aumento da visibilidade da garantia mútua.

Ao Ministério da Agricultura, Caixas e Bancos agradecemos as parcerias estabelecidas no desenvolvimento de novos produtos com aplicação da Garantia Mútua em favor das PME.

Proposta de aplicação de resultados

De acordo com a lei e os Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe que a Assembleia-geral aprove a seguinte aplicação do resultado negativo apurado no exercício de 2007, no valor de € 114 629,28:

- Para Resultados Transitados (€ 114 629,28)

Coimbra, 27 de Fevereiro de 2008.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente

José Egídio Barbeito

José Fernando Ramos de Figueiredo

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

III. Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2007

Balanço em 31 de Dezembro de 2007

| | Ano 2007 | | Valor líquido (3) = (1) - (2) | Ano 2006 |
|--|--|--|----------------------------------|---------------------|
| | Valores antes de provisões, imparidade e amortizações (1) | Provisões, imparidade e amortizações (2) | | Valor líquido |
| ACTIVO | | | | |
| Caixa e disponibilidade em bancos centrais | 1 250,00 | | 1 250,00 | |
| Disponibilidades em outras instituições de crédito | 26 042,46 | | 26 042,46 | 34 621,06 |
| Activos financeiros detidos para negociação | | | | |
| Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados | | | | |
| Activos financeiros disponíveis para venda | | | | |
| Aplicações em instituições de crédito | 5 442 365,57 | | 5 442 365,57 | 5 707 034,65 |
| Crédito a clientes | | | | |
| Investimentos detidos até à maturidade | | | | |
| Activos com acordo de recompra | | | | |
| Derivados de cobertura | | | | |
| Activos não correntes detidos para venda | | | | |
| Propriedades de investimento | | | | |
| Outros activos tangíveis | 1 578 563,45 | 67 721,66 | 1 510 841,79 | 1 390 971,56 |
| Activos intangíveis | 12 060,50 | 6 227,08 | 5 833,42 | |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | | | | |
| Activos por impostos correntes | | | | |
| Activos por impostos diferidos | 39 415,39 | | 39 415,39 | |
| Outros activos | 21 824,07 | | 21 824,07 | 1 145,27 |
| Total de Activo | 7 121 521,44 | 73 948,74 | 7 047 572,70 | 7 133 772,54 |

| | Ano 2007 | Ano 2006 |
|---|---------------------|---------------------|
| PASSIVO | | |
| Recursos de bancos centrais | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação | | |
| Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados | | |
| Recursos de outras instituições de crédito | | |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | | |
| Responsabilidades representadas por títulos | | |
| Passivos financeiros associados a activos transferidos | | |
| Derivados de cobertura | | |
| Passivos não correntes detidos para venda | | |
| Provisões | 29 406,22 | |
| Passivos por impostos correntes | 1 174,56 | 1 701,67 |
| Passivos por impostos diferidos | | |
| Instrumentos representativos de capital | | |
| Outros passivos subordinados | | |
| Outros passivos | 1 127 516,43 | 1 127 966,10 |
| Total de Passivo | 1 158 097,21 | 1 129 667,77 |
| CAPITAL | | |
| Capital | 6 000 000,00 | 6 000 000,00 |
| Prémios de emissão | | |
| Outros instrumentos de capital | | |
| Acções próprias | | |
| Reservas de reavaliação | | |
| Outras reservas e resultados transitados | 4 104,77 | |
| Resultado do exercício | -114 629,28 | 4 104,77 |
| Dividendos antecipados | | |
| Total de Capital | 5 889 475,49 | 6 004 104,77 |
| Total de Passivo + Capital | 7 047 572,70 | 7 133 772,54 |
| <hr/> | | |
| | Ano 2007 | Ano 2006 |
| Passivos Eventuais | 11 068 421,87 | |
| - Garantias e Avais | 11 068 421,87 | |
| - Outros | | |
| Compromissos | | |

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente

José Egídio Barbeito

José Fernando Ramos de Figueiredo

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2007

| | Ano 2007 | Ano 2006 |
|--|-------------|------------|
| Juros e rendimentos similares | 253 575,58 | 102 910,97 |
| Juros e encargos similares | -51 532,08 | -14 043,73 |
| Margem financeira | 202 043,50 | 88 867,24 |
| Rendimentos de instrumentos de capital | | |
| Rendimentos de serviços e comissões | 50 261,48 | |
| Encargos com serviços e comissões | -936,06 | -778,30 |
| Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados | | |
| Resultados de activos financeiros disponíveis para venda | | |
| Resultados de reavaliação cambial | | |
| Resultados de alienação de outros activos | | |
| Outros resultados de exploração | 16 720,05 | -24 007,68 |
| Produto Bancário | 268 088,97 | 64 081,26 |
| Custos com pessoal | -188 330,07 | -3 000,00 |
| Gastos gerais administrativos | -128 095,05 | -55 274,82 |
| Amortizações do exercício | -73 948,74 | |
| Provisões líquidas de reposições e anulações | -29 406,22 | |
| Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações) | | |
| Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações | | |
| Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações | | |
| Resultado antes de impostos | -151 691,11 | 5 806,44 |
| Impostos | | |
| Correntes | -2 353,56 | -1 701,67 |
| Diferidos | 39 415,39 | |
| Resultado após impostos | -114 629,28 | 4 104,77 |

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente

José Egídio Barbeito

José Fernando Ramos de Figueiredo

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

(valores em EUROS)

Introdução

As notas 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 36, 37, 38, 40, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49 e 50 previstas no Plano de Contas para o Sistema Bancário não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar.

As demonstrações financeiras da Sociedade têm por base os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005 do Banco de Portugal, pela competência que lhe é conferida pelo n.º 3 do art. 115.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro. As NCA seguem na sua maior parte as determinações das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adaptadas pela União Europeia, pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, tendo sido transpostas para o ordenamento nacional através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

NOTA 3 – Critérios de avaliação

I. Especialização de exercícios

A Sociedade segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em todas as rubricas de custos e proveitos.

II. Imobilizado – Activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis classificados como imobilizado e adquiridos desde a constituição da Sociedade estão valorizados ao custo de aquisição. A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, aplicado ao custo histórico, e de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites.

III. Estimativa de impostos sobre lucros

Os impostos correntes são estimados de acordo com a legislação aplicável. Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que haja lugar a diferenças temporárias entre os princípios contabilísticos geralmente aceites e as regras fiscais vigentes.

NOTA 11 – Movimentos do activo imobilizado

| | Saldo do exercício anterior | | Aumentos | | Amortização do exercício | Valor líquido 2007-12-31 |
|---------------------------------|-----------------------------|-------------------------|------------|-----------------------|--------------------------|--------------------------|
| | Valor bruto | Amortizações acumuladas | Aquisições | Reavaliação (líquido) | | |
| ACTIVOS INTANGÍVEIS | | | | | | |
| Despesas estabelecimento | | | | | | |
| Custos plurianuais | | | | | | |
| Outras | | | 12 060,50 | | 6 227,08 | 5 833,42 |
| | | | 12 060,50 | | 6 227,08 | 5 833,42 |
| OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS | | | | | | |
| Imóveis de serviço próprio | | | | | | |
| Outros imóveis | | | | | | |
| Equipamento | 516,90 | | 54 989,86 | | 21 477,99 | 34 028,77 |
| Locação financeira | | | | | | |
| Imóveis | 1 390 454,66 | | 38 858,28 | | 22 875,65 | 1 406 437,29 |
| Equipamento | | | 93 743,75 | | 23 368,02 | 70 375,73 |
| | 1 390 971,56 | | 187 591,89 | | 67 721,66 | 1 510 841,79 |

No exercício de 2007, a Agrogarante procedeu à aquisição, em regime de locação financeira, de vários equipamentos de transporte, sendo que, no final do exercício, as dívidas relativas aos contratos de locação financeira, mobiliária e imobiliária, ascendiam a 1,1 milhão de euros (incorporada na rubrica de outros passivos - credores diversos).

As aquisições registadas em 2007, consistiram essencialmente, ao nível dos activos intangíveis, na aquisição de licenças de software e ao nível dos activos tangíveis, compra de equipamento de transporte (93,7 mil euros), em obras efectuadas nos imóveis adquiridos em locação financeira (38,9 mil euros), e na aquisição de equipamento informático e mobiliário.

O imobilizado da Agrogarante, adquirido em 2006, só teve o seu início de utilização efectiva a 2 de Janeiro de 2007, pelo que a Agrogarante não efectuou, no exercício de 2006, reintegrações do exercício.

NOTA 14 – Créditos sobre instituições de crédito

| | Ano 2007 | Ano 2006 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO | | |
| Até 3 meses | 5 442 365,57 | 5 707 034,65 |
| | 5 442 365,57 | 5 707 034,65 |

Os créditos sobre instituições de crédito reflectem os montantes das aplicações constituídas pela Agrogarante em depósitos a prazo, englobando o valor de juros vincendos, que, em Dezembro de 2007, ascendiam a 82,4 mil euros.

NOTA 23 – Compromissos assumidos

Os compromissos assumidos por garantias e avais prestados são exclusivamente resultantes de garantias de natureza financeira de 1º grau (garantias e avales).

| | Ano 2007 | Ano 2006 |
|--|---------------|----------|
| GARANTIAS PRESTADAS E PASSIVOS EVENTUAIS | | |
| Garantias e Avales | 11 068 421,87 | |
| Outros passivos eventuais | | |
| | 11 068 421,87 | |
| GARANTIAS RECEBIDAS | | |
| Contragarantias | 8 145 276,09 | |
| Avalistas | 35 013 383,72 | |
| Penhor Acções | | |
| Hipotecas | 3 911 221,28 | |
| | 47 069 881,09 | |

Na Instrução n.º 7/2006, que regula a comunicação da informação referente às responsabilidades por

crédito concedido, é estabelecida a obrigatoriedade de comunicação ao Banco de Portugal das fianças e avales recebidos pelas instituições participantes. Assim, no exercício de 2007, a Agrogarante passou a considerar contabilisticamente os valores referentes aos avales recebidos como contragarantia às operações prestadas, quer estes permanecem como responsabilidades potenciais, quer a partir do momento em que o avalista é chamado a assegurar o pagamento das prestações do crédito, por incumprimento do devedor, passando a sua responsabilidade de meramente potencial a efectiva.

Do tratamento acima descrito resultou o reconhecimento de, no caso de responsabilidades potenciais:

- 389 239,00 euros de valores de operações avalizadas por um única pessoa;
- 8 447 642,00 euros de avales conjuntos recebidos.

Considerando que, no caso do aval conjunto, todos os avalistas são solidariamente responsáveis pela dívida, o valor do aval é contabilizado tanto em nome de um 1º avalista, aleatoriamente considerado como tal (valor contabilizado de 8 447 642,00 euros), como, e de forma cumulativa, o são, em nome de todos os restantes avalistas do crédito (valor contabilizado de 26 176 502,72 euros).

De salientar que a Sociedade não tem avalistas efectivos uma vez que não existem incumprimentos das responsabilidades.

NOTA 24 – Movimento das provisões

| | Ano 2006 | Reforços | Utilizações | Anulações / Reposições | Ano 2007 |
|---|----------|-----------|-------------|---------------------------|-----------|
| PROVISÕES PARA RISCOS GERAIS DE CREDITO | | | | | |
| Aviso nº 3/95 B.P. | | 30 879,53 | | 1 648,07 | 29 231,46 |
| Outros | | 174,76 | | | 174,76 |
| | | | | | - |
| | | 31 054,29 | | 1 648,07 | 29 406,22 |

A sociedade está obrigada a constituir provisões para riscos gerais de crédito pela parte das garantias prestadas pela percentagem que não se encontre contragarantida pelo Fundo de Contragarantia Mútuo.

NOTA 31 – Outros activos e passivos

| | Ano 2007 | Ano 2006 |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| OUTROS ACTIVOS | | |
| Devedores e outras aplicações | 18 307,10 | |
| | 18 307,10 | |
| CONTAS DE REGULARIZAÇÃO | | |
| Despesas com encargo diferido | 3 516,97 | 313,47 |
| Outras contas de regularização | | 831,80 |
| | 3 516,97 | 1 145,27 |
| | 21 824,07 | 1 145,27 |
| OUTROS PASSIVOS | | |
| Credores diversos | 9 135,08 | 71 899,72 |
| Fornecedores de locação financeira | 1 077 540,86 | 1 055 081,37 |
| Outras exigibilidades | 4 896,28 | 985,01 |
| | 1 091 572,22 | 1 127 966,10 |
| CONTAS DE REGULARIZAÇÃO | | |
| Encargos a pagar | 17 459,40 | |
| Receitas com rendimento diferido | 18 484,81 | |
| | 35 944,21 | |
| | 1 127 516,43 | 1 127 966,10 |

A rubrica de devedores e outras aplicações espelha a actividade comercial da sociedade, contendo as verbas cobradas a título de comissão de garantia.

As contas de regularizações passivas são constituídas pelas receitas com rendimento diferido – cerca de 17 mil euros (referentes ao diferimento das comissões de garantias) - e pelos encargos salariais a pagar – cerca de 18 mil euros (constituídos na sua quase totalidade pela estimativa de férias e de subsídio de férias).

O passivo financeiro da sociedade limita-se às dívidas decorrentes dos contratos de locação financeira de imobilizado, relativo a instalações próprias (com o valor inicial de 1,43 milhões euros) e equipamento de transporte (com o valor inicial de 93,7 mil euros). O passivo financeiro da empresa representa 15,3% do valor do activo líquido total da sociedade.

As outras exigibilidades reflectem os valores a pagar ao Estado em relação a retenções de imposto sobre o rendimento, imposto do selo e segurança social do mês de Dezembro e apuramento de IVA do 4º trimestre de 2007.

NOTA 34 – Volume de emprego

| | |
|-------------------------------|---|
| Administração | 5 |
| Quadros directivos e técnicos | 8 |

NOTA 35 - Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais

| | Ano 2007 | Ano 2006 |
|-----------------------------|-----------|----------|
| REMUNERAÇÕES ORGÃOS SOCIAIS | | |
| Conselho de Administração | 5 100,00 | 3 000,00 |
| Conselho Fiscal | 6 897,00 | |
| Assembleia Geral | 1 000,00 | |
| Comissão Executiva | 23 100,00 | |
| | 36 097,00 | 3 000,00 |

Não existem adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

NOTA 39 - Outros resultados de exploração

| | Ano 2007 | Ano 2006 |
|---------------------------------|-----------|-------------|
| OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO | | |
| CUSTOS | | |
| Impostos | 249,00 | 24 007,68 |
| Outros | 284,45 | |
| | 533,45 | 24 007,68 |
| PROVEITOS | | |
| Prestação de serviços | 11 300,00 | |
| Reembolso de despesas | 126,05 | |
| Outros | 5 827,45 | |
| | 17 253,50 | |
| | 16 720,05 | - 24 007,68 |

O valor registado, em 2006, na rubrica de impostos diz respeito ao imposto do selo da escritura de constituição da sociedade, explicando assim, a forte redução ocorrida nesta rubrica no exercício de 2007.

Ao nível dos proveitos importa salientar a rubrica prestação de serviços, associada ao valor facturado de comissões de análise, montagem e emissão de garantias.

NOTA 41 – Carga fiscal

| | Ano 2007 | Ano 2006 |
|------------------------|----------|----------|
| REPORTE FISCAL | | |
| Estimativa de impostos | 2 353,56 | 1 701,67 |
| Imposto pago | | 1 701,67 |

A nova Lei das Finanças Locais, publicada em Diário da República de 15 de Janeiro de 2007, através do seu artigo 14.º, estabelece a responsabilidade dos municípios para deliberarem sobre a taxa de derrama a aplicar ao lucro tributável, estabelecendo ainda um montante máximo para esta taxa de 1,5%. A referida alteração legislativa obrigou à adaptação da taxa fiscal que passou de, 27,5% em 2006, para 26,5% em 2007. Esta alteração está reflectida na estimativa de impostos a pagar no exercício de 2008.

NOTA 45 - Operações de locação financeira

| | Valor bruto | Reintegrações | Valor líquido 31-12-07 |
|---------------------------------------|--------------|---------------|---------------------------|
| IMOBILIZADO REGIME LOCAÇÃO FINANCEIRA | | | |
| Imóveis | 1 429 312,94 | 22 875,65 | 1 406 437,29 |
| Equipamento | 93 743,75 | 23 368,02 | 70 375,73 |
| | 1 523 056,69 | 46 243,67 | 1 476 813,02 |

NOTA 51 – Outras informações

| | Ano 2006 | Reforços | Reposições | Ano 2007 |
|--|----------|----------|------------|-----------|
| ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS | | | | |
| Por diferenças temporárias em Passivos | | | | |
| Em riscos gerais de crédito | | | 7 746,34 | 7 746,34 |
| Em provisões para devedores diversos | | | 46,31 | 46,31 |
| Por prejuízos fiscais | | | 31 622,74 | 31 622,74 |
| | | | 39 415,39 | 39 415,39 |

A Sociedade não é devedora de quaisquer importâncias ao Estado ou à Segurança Social, Entidades perante as quais a sua situação se encontra regularizada.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José António Ferreira de Barros – Presidente

José Egídio Barbeito

José Fernando Ramos de Figueiredo

Mário Manuel Garcia Faria Gaspar

Carlos Alberto Rodrigues Alexandre

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

António Carlos Gonçalves Lopes - TOC nº 8125

Anexo**Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais**

Em 31 de Dezembro de 2007, nenhuma das pessoas singulares integrantes dos órgãos sociais da Sociedade detinha qualquer participação de capital na Agrogarante – Sociedade de Garantia Mútua, S. A.. Por sua vez, as entidades representadas por essas pessoas eram titulares das seguintes participações no Capital Social da Agrogarante:

| | |
|---|------------------|
| IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas | 2 800 000 acções |
| Caixa Central do Crédito Agrícola Mútuo | 200 000 acções |
| Banco BPI, S. A. | 22 500 acções . |

Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de Dezembro de 2007, a relação dos accionistas com mais de 10% de participação no Capital Social da Sociedade era a seguinte:

| | |
|---|----------|
| IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas | 46,67% |
| SPGM – Sociedade de Investimento, S. A. | 18,33% . |

Accionistas Promotores

O quadro seguinte lista as entidades que detêm, de acordo com a legislação aplicável, o estatuto de accionistas promotores:

| Accionista Promotor | Nº Acções | % |
|--|------------------|---------------|
| IFAP INSTITUTO FIN AGRICULTURA PESCAS IP | 2 800 000 | 46,67% |
| SPGM -SOCIEDADE DE INVESTIMENTO, S.A. | 1 100 000 | 18,33% |
| CAIXA CENTRAL - CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO, CRL | 200 000 | 3,33% |
| BANCO COMERCIAL PORTUGUES SA | 100 000 | 1,67% |
| CAIXA GERAL DEPOSITOS,SA | 90 900 | 1,52% |
| BANCO ESPIRITO SANTO SA | 67 700 | 1,13% |
| BANCO BPI SA | 22 500 | 0,38% |
| Accionistas promotores | 4 381 100 | 73,02% |

IV. Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas

Em cumprimento do disposto na lei e no contrato de sociedade, compete-nos submeter à Vossa apreciação o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e parecer sobre o Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da **AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, com referência ao exercício findo em 2007 Dezembro 31.

Ao longo deste exercício, acompanhámos a actividade da Empresa, verificando, com a extensão considerada aconselhável, os valores patrimoniais, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte.

Como habitualmente, o Conselho de Administração e os Serviços prestaram-nos com prontidão os esclarecimentos e informações de que necessitámos.

Encerrando o exercício, analisámos o relatório do Conselho de Administração, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo.

Considerando que o relatório de gestão explana, com suficiente clareza, a evolução dos negócios sociais e que as demonstrações financeiras reflectem a correcta situação patrimonial da Empresa e os resultados das suas operações, somos de parecer que merecem ser aprovados:

- 1) O relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e o respectivo anexo, referentes ao exercício de 2007, apresentados pelo Conselho de Administração;
- 2) A proposta de aplicação de resultados constante do mesmo relatório.

Porto, 2008 Março 04

O Fiscal Único

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,
representada por
(Dr. António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16)

IV. Certificação Legal de contas

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 2007 Dezembro 31 (que evidencia um total de activo de € 7 047 573 e um total de capital próprio de € 5 889 475, incluindo um resultado líquido negativo de € 114 629), a Demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações

constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **AGROGARANTE - Sociedade de Garantia Mútua, S.A.**, em 2007 Dezembro 31 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal.

Porto, 2008 Março 04

SANTOS CARVALHO & ASSOCIADOS, SROC, S.A.,
representada por António Augusto dos Santos Carvalho, R.O.C. n.º 16